

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO: SANTA CATARINA
MUNICÍPIO: CRICIUMA

3º Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior 2018

ACELIO CASAGRANDE
Secretário(a) de Saúde

Sumário

1. Identificação

- 1.1. Informações Territoriais
- 1.2. Secretaria de Saúde
- 1.3. Informações da Gestão
- 1.4. Fundo de Saúde
- 1.5. Plano de Saúde
- 1.6. Informações sobre Regionalização
- 1.7. Conselho de Saúde
- 1.8. Casa Legislativa

2. Introdução

3. Dados Demográficos e de Morbimortalidade

- 3.1. População estimada por sexo e faixa etária
- 3.2. Nascidos Vivos
- 3.3. Principais causas de internação
- 3.4. Mortalidade por grupos de causas

4. Dados da Produção de Serviços no SUS

- 4.1. Produção de Atenção Básica
- 4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos
- 4.3. Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização
- 4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos
- 4.5. Produção de Assistência Farmacêutica
- 4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

5. Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

- 5.1. Por tipo de estabelecimento e gestão
- 5.2. Por natureza jurídica
- 5.3. Consórcios em saúde

6. Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

7. Programação Anual de Saúde - PAS

- 7.1. Diretrizes, objetivos, metas e indicadores

8. Indicadores de Pactuação Interfederativa

9. Execução Orçamentária e Financeira

- 9.1. Execução da programação por fonte, subfunção e natureza da despesa
- 9.2. Indicadores financeiros
- 9.3. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

10. Auditorias

11. Análises e Considerações Gerais

1. Identificação

1.1. Informações Territoriais

UF	SC
Município	CRICIÚMA
Região de Saúde	Carbonífera
Área	235,63 Km ²
População	213.023 Hab
Densidade Populacional	905 Hab/Km ²

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)

Data da consulta: 12/07/2019

1.2. Secretaria de Saúde

Nome do Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE CRICIUMA
Número CNES	6507506
CNPJ	A informação não foi identificada na base de dados
Endereço	RUA DOMENICO SONEGO 542
Email	caa@criciuma.sc.gov.br
Telefone	(48) 3445-8436

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 12/07/2019

1.3. Informações da Gestão

Prefeito(a)	CLESIO SALVARO
Secretário(a) de Saúde em Exercício	ACELIO CASAGRANDE
E-mail secretário(a)	acelioc@gmail.com
Telefone secretário(a)	4834458402

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 12/07/2019

1.4. Fundo de Saúde

Lei de criação	LEI
Data de criação	10/1989
CNPJ	08.435.209/0001-90

Natureza Jurídica	A informação não foi identificada na base de dados
Nome do Gestor do Fundo	Francielle Lazzarin de Freitas Gava

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 12/07/2019

1.5. Plano de Saúde

Período do Plano de Saúde	2018-2021
Status do Plano	Aprovado

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)

Data da consulta: 06/09/2019

1.6. Informações sobre Regionalização

Região de Saúde: Carbonífera

Município	Área (Km ²)	População (Hab)	Densidade
BALNEÁRIO RINCÃO		12570	
COCAL DO SUL	71.21	16544	232,33
CRICIÚMA	235.628	213023	904,06
FORQUILHINHA	181.915	26368	144,95
IÇARA	292.779	55581	189,84
LAURO MULLER	270.508	15174	56,09
MORRO DA FUMAÇA	82.935	17642	212,72
NOVA VENEZA	293.557	14987	51,05
ORLEANS	549.824	22785	41,44
SIDERÓPOLIS	262.7	13920	52,99
TREVISÓ	157.667	3891	24,68
URUSSANGA	240.476	21190	88,12

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)

Ano de referência: 2019

1.7. Conselho de Saúde

Instrumento Legal de Criação	LEI 12/1993	
Endereço	Rua Anita Garibaldi 386 Centro	
E-mail	danielantunessaude@gmail.com	
Telefone	4899783705	
Nome do Presidente	Daniel Frederico Antunes	
Número de conselheiros por segmento	Usuários	12

	Governo	3
	Trabalhadores	7
	Prestadores	3

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Ano de referência: 2018

- **Considerações**

A titular da pasta da Secretaria Municipal de Saúde a sra. Francielle Lazzarin de Freitas Gava, responde pela elaboração e execução do Plano Municipal de Saúde (2018-2021) apresentado e aprovado no Conselho Municipal de Saúde neste 3º quadrimestre de 2018.

2. Introdução

- Análises e Considerações sobre Introdução

O Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) do 3º Quadrimestre de 2018 (setembro a dezembro/2018) da Secretaria Municipal de Saúde de Criciúma se apresenta de acordo com o roteiro do DigiSUS -Modulo Planejamento

O documento ora apresentado objetiva facilitar a compreensão e o acompanhamento dos dados epidemiológicos, da rede assistencial, da execução orçamentária e das auditorias realizadas. Por oportuno destacar que o monitoramento desta pactuação ocorreu ao longo do ano, porém sem aferição de resultado para este quadrimestre tendo em vista que a aprovação do Plano Municipal de Saúde (2018-2021) ocorreu em outubro de 2018. O resultado da pactuação de indicadores da Programação Anual de Saúde e da Pactuação Interfederativa 2017-2021 constará na apresentação do Relatório Anual de Gestão de 2018.

3. Dados Demográficos e de Morbimortalidade

3.1. População estimada por sexo e faixa etária

Período: 2015

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
0 a 4 anos	6.587	6.352	12.939
5 a 9 anos	6.973	6.938	13.911
10 a 14 anos	7.440	7.293	14.733
15 a 19 anos	8.070	7.579	15.649
20 a 29 anos	19.735	18.178	37.913
30 a 39 anos	17.576	16.715	34.291
40 a 49 anos	13.288	13.735	27.023
50 a 59 anos	13.072	13.826	26.898
60 a 69 anos	6.771	7.914	14.685
70 a 79 anos	2.563	3.631	6.194
80 anos e mais	955	1.728	2.683
Total	103.030	103.889	206.919

Fonte: Estimativas preliminares elaboradas pelo Ministério da Saúde/SVS/CGIAE (DataSUS/Tabnet)

Data da consulta: 24/07/2019.

3.2. Nascidos Vivos

Número de nascidos vivos por residência da mãe.

Unidade Federação	2013	2014	2015	2016	2017
Criciúma	2.812	2.868	2.925	2.841	2.871

Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (MS/SVS/DASIS/SINASC)

Data da consulta: 24/07/2019.

3.3. Principais causas de internação

Morbidade Hospitalar de residentes, segundo capítulo da CID-10.

Capítulo CID-10	2014	2015	2016	2017	2018
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	604	477	574	537	482
II. Neoplasias (tumores)	1.254	1.234	1.340	1.231	1.249
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	59	58	66	52	49
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	167	165	191	132	159
V. Transtornos mentais e comportamentais	362	217	186	302	310

Capítulo CID-10	2014	2015	2016	2017	2018
VI. Doenças do sistema nervoso	226	221	245	211	171
VII. Doenças do olho e anexos	32	39	36	40	44
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	35	33	25	23	14
IX. Doenças do aparelho circulatório	1.656	1.614	1.593	1.227	1.297
X. Doenças do aparelho respiratório	1.794	1.574	1.664	1.278	1.291
XI. Doenças do aparelho digestivo	1.267	1.306	1.416	1.222	1.331
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	292	201	219	171	172
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	432	441	366	239	262
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	943	1.028	944	741	874
XV. Gravidez parto e puerpério	2.245	2.212	2.005	2.045	2.025
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	211	227	201	197	235
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	99	91	84	93	89
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	213	223	200	249	190
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	1.092	978	1.026	1.112	1.088
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	3	1	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	334	382	348	315	233
CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	-	-	-	-	-
Total	13.320	12.722	12.729	11.417	11.565

Fonte: Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Data da consulta: 24/07/2019.

Obs.: A atualização dos valores relativos ao último período ocorrem simultaneamente ao carregamento dos dados no Tabnet/DATASUS.

3.4. Mortalidade por grupos de causas

Mortalidade de residentes, segundo capítulo CID-10

Capítulo CID-10	2013	2014	2015	2016	2017
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	48	49	51	64	52
II. Neoplasias (tumores)	226	227	234	254	270
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	2	3	1	9	7
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	53	38	25	29	14
V. Transtornos mentais e comportamentais	3	3	-	5	5
VI. Doenças do sistema nervoso	24	26	31	39	31
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	-	-	-
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	1	-	-
IX. Doenças do aparelho circulatório	372	390	347	388	348

Capítulo CID-10	2013	2014	2015	2016	2017
X. Doenças do aparelho respiratório	117	138	150	149	169
XI. Doenças do aparelho digestivo	54	46	48	47	49
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	-	4	2	3	2
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	7	2	4	6	4
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	18	19	35	33	35
XV. Gravidez parto e puerpério	1	1	-	1	1
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	17	16	18	12	14
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	13	16	7	8	12
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	5	6	6	4	1
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	-	-	-	-	-
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	101	123	133	122	107
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	-	-	-	-
XXII. Códigos para propósitos especiais	-	-	-	-	-
Total	1.061	1.107	1.093	1.173	1.121

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (MS/SVS/CGIAE/SIM-TABNET)

Data da consulta: 24/07/2019.

- Análises e Considerações sobre Dados Demográficos e de Morbimortalidade

O município de Criciúma apresenta uma distribuição homogênea entre os sexos, com leve predomínio do sexo feminino (50,2%) em relação ao masculino (49,8%).

A faixa etária da população se apresenta de forma proporcionalmente semelhante quando se trata de crianças entre zero a 10 anos de idade (12,98%) e idosos com 60 anos ou mais (11,39%). As demais faixas etárias se distribuem entre os pré-adolescentes e jovens (11 a 19 anos) que correspondem a 14,68%, os jovens adultos (20 a 29 anos de idade) a 18,32 % e os adultos (30 a 59 anos) a 42,63% da população. Ao se observar estes dados se constatam o movimento de envelhecimento da população que pode ser atribuído a menos ou maior grau a diminuição da taxa de mortalidade, a estabilidade da taxa de natalidade e ao baixo nível de fecundidade (1,56) e ao aumento da expectativa de vida.

A morbidade hospitalar no período dos últimos cinco anos apresenta as doenças do aparelho respiratórios com mais motivadora de internações, com exceção de 2015 que apresentou as doenças do aparelho circulatório e agora, em 2018 as doenças do aparelho digestivo.

Como as três maiores causas de óbito no município estão às doenças do aparelho circulatório, seguida das neoplasias e das doenças do aparelho respiratório.

Vale destacar que tanto a morbidade como a mortalidade se constituem importantes referências para avaliar a qualidade de vida de uma população. Isto aponta para a necessidade constante de estar monitorando estes dados epidemiológicos para o direcionamento das ações para a melhoria da qualidade de vida dos criciumenses sendo que, é comprovadamente os investimentos em ações de prevenção e diagnóstico precoce os que mais impactam positivamente nas condições gerais de saúde da população.

O investimento nestas ações passa por ampliar o cuidado primário com a saúde da população tanto

junto as pessoas saudáveis ou diagnosticadas com hipertensão, câncer, problemas cardiovasculares ou demais doenças crônicas, visando benefícios individuais e a excelência na aplicação dos recursos assistenciais.

4. Dados da Produção de Serviços no SUS

4.1. Produção de Atenção Básica

Considerando a verificação da inconsistência dos dados provenientes do SISAB, a Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS) solicitou a retirada dos dados da Atenção Básica disponibilizados pelos tabuladores do CMD até que os dados sejam corrigidos pela equipe da SAPS.

Em decorrência disso, informamos que o quadro 4.1 Produção da Atenção Básica dos Relatórios – RDQ e RAG permanecerá indisponível até a correção pela referida área. Dessa maneira, os gestores devem informar os dados relativos a produção da Atenção Básica, utilizando os dados das bases locais no campo Análise e Considerações.

4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos

Caráter de atendimento: Urgência

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informações Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	-	-	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	7.667	512.961,90	29	50.229,69
03 Procedimentos clínicos	587	7.844,49	7.801	9.169.321,11
04 Procedimentos cirúrgicos	2.803	65.212,82	5.813	16.254.377,33
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	-	-	46	106.527,39
06 Medicamentos	-	-	-	-
07 Órteses, próteses e materiais especiais	-	-	-	-
08 Ações complementares da atenção à saúde	-	-	-	-
Total	11.057	586.019,21	13.689	25.580.455,52

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Data da consulta: 29/07/2019.

1º RDQA - Período de Referência: Janeiro a Abril

2º RDQA - Período de Referência: Maio a Agosto

3º RDQA - Período de Referência: Setembro a Dezembro

4.3. Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização

Sistema de Informações Ambulatoriais		
Forma de Organização	Qtd. aprovada	Valor aprovado
030108 Atendimento/Acompanhamento psicossocial	69.618	294.774,30
Sistema de Informações Hospitalares		
Forma de Organização	AIH Pagas	Valor total
---	---	---

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Data da consulta: 29/07/2019.

1º RDQA - Período de Referência: Janeiro a Abril

2º RDQA - Período de Referência: Maio a Agosto

4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informações Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	599.842	110.763,70	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	1.104.621	10.557.587,71	42	55.836,55
03 Procedimentos clínicos	1.606.819	25.007.135,33	8.105	9.659.428,84
04 Procedimentos cirúrgicos	34.365	515.338,71	8.114	23.132.033,35
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	-	-	49	112.024,77
06 Medicamentos	-	-	-	-
07 Órteses, próteses e materiais especiais	10.643	519.187,87	-	-
08 Ações complementares da atenção à saúde	29.521	140.792,85	-	-
Total	3.385.811	36.850.806,17	16.310	32.959.323,51

Fonte: Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Data da consulta: 29/07/2019.

1º RDQA - Período de Referência: Janeiro a Abril

2º RDQA - Período de Referência: Maio a Agosto

3º RDQA - Período de Referência: Setembro a Dezembro

4.5. Produção de Assistência Farmacêutica

Esse item refere-se ao componente especializado da assistência farmacêutica, sob gestão da esfera estadual. Portanto, não há produção sob gestão municipal.

4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

Financiamento: Vigilância em Saúde

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	23.742	104.135,00
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	7.496	-
Total	31.238	104.135,00

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

1º RDQA - Período de Referência: Janeiro a Abril

2º RDQA - Período de Referência: Maio a Agosto

3º RDQA - Período de Referência: Setembro a Dezembro

Data da consulta: 29/07/2019.

- Análises e Considerações sobre Dados da Produção de Serviços no SUS

Os dados apresentados acima se referem ao acúmulo da produção dos três quadrimestres de 2018.

Os procedimentos relativos à atenção básica correspondem a 55,8% de ações voltadas a promoção e prevenção e 44,2% voltadas a procedimentos clínicos, registrando apenas um procedimento cirúrgico que não é número significativo tendo em vista que ocorre junto à rede de atenção primária a realização de procedimentos cirúrgicos em maior número, indicando a necessidade de revisão do banco de dados quando a subnotificação de registros.

Considerando a produção específica da rede primária registrada no Sistema de Informação ambulatorial, no terceiro quadrimestre de 2018, os procedimentos clínicos assumem 52% e as ações voltadas à promoção e prevenção à saúde assumem 48% da produção, proporção inversamente observada, em relação à produção específica do segundo quadrimestre.

Na soma dos três quadrimestres os atendimentos de urgência/emergência na UPA da Prospera e no 24h da Boa Vista totalizaram 11.057 procedimentos. Destes, 69,3% foram efetuados com finalidade diagnóstica, 25,4% para fins cirúrgicos e 5,3% para fins clínicos. Estes procedimentos de urgência e emergência ambulatorial teve uma redução de 31% em relação ao primeiro quadrimestre e 27% em relação ao 2º quadrimestre. Esta redução ocorreu principalmente nos procedimentos com finalidade diagnóstica e procedimentos cirúrgicos.

No Pronto Socorro do Hospital São José foi realizado 13.689 procedimentos de caráter urgente/emergente pelo SUS. Destes, 57% foram de procedimentos clínicos, 42,5% de procedimentos cirúrgicos e 0,5% relacionados a transplante de órgão, tecidos e células ou com finalidade diagnóstica. Houve também uma redução dos procedimentos considerados urgentes/emergentes pelo SUS, na produção hospitalar, porém numa escala menor, de 5% em relação ao primeiro e de 3% em relação ao 2º quadrimestre de 2018, principalmente, referente aos procedimentos clínicos.

Os CAPS II, CAPS AD, CAPS III e CAPS Infantil que compõem a rede de atenção psicossocial realizaram 16.689 atendimentos/acompanhamentos no terceiro quadrimestre de 2018, um aumento de 144,5% em relação ao quadrimestre anterior. Este aumento da produção ocorreu pelo processo de ajuste na inserção da produção no sistema próprio de informação (GEM-Saúde) que no segundo quadrimestre registrou problema. Contudo a finalização de contrato dos profissionais lotados nos diversos CAPS que se estendeu para o terceiro quadrimestre, não deu condições para a realização do mesmo número de atendimentos/acompanhamentos psicossociais se comparado com o primeiro quadrimestre, que foi aproximadamente 3 vezes maior (276%).

A rede de atenção pública municipal ambulatorial e hospitalar especializada e as clínicas e hospital que realizam algum atendimento pelo SUS totalizaram 3.407.621 procedimentos eletivos em 2018. No terceiro quadrimestre foram 1.669.540 procedimentos realizados, correspondendo a 48,99% do total realizado no ano. Entre os meses de setembro a dezembro deste referido ano, 45,2% foram de procedimentos clínicos, 30% foram de ações de promoção e prevenção em saúde, 22,6% foram de procedimentos com finalidade diagnóstica, 1,2% foram de procedimentos cirúrgicos e 1,0% foram de ações complementares, órteses, próteses, materiais especiais e de transplantes de órgãos, tecidos e células. Este aumento significativo foram decorrentes do ajuste no registro de procedimento referentes às ações de promoção e prevenção em saúde e pelos mutirões de pequenas cirurgias ambulatoriais e hospitalares eletivas.

O Componente Especializado da Assistência Farmacêutica é de responsabilidade estadual, no entanto, destaca-se que o município mantém a estrutura física e profissional para o desenvolvimento deste serviço e ainda vale ressaltar que, conta com 48 dispensários nas UBS e 12 farmácias públicas que podem ser classificadas pelo componente assistencial, são eles: básico, estratégico e especializado, além da demanda judicial.

Dos procedimentos relacionados à Vigilância em Saúde constatou-se que a produção do terceiro quadrimestre de 2018 teve um acréscimo de 3% em relação ao segundo quadrimestre e o incremento nos procedimentos com finalidade diagnóstica atingiu proporcionalmente o mesmo número em relação aos procedimentos voltados a ações de promoção e prevenção em saúde, diferentemente dos dois primeiros quadrimestres do ano que preponderaram estas ações, podendo ser atribuído entre outras coisas, às ações educativas simultâneas as diagnósticas relacionadas às campanhas de combate a AIDS e as infecções sexualmente transmissíveis.

5. Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

5.1. Por tipo de estabelecimento e gestão

Rede física de estabelecimentos de saúde por tipo de estabelecimentos				
Tipo de Estabelecimento	Dupla	Estadual	Municipal	Total
UNIDADE MOVEL DE NIVEL PRE-HOSPITALAR NA AREA DE URGENCIA	0	1	2	3
FARMACIA	0	0	1	1
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	0	0	53	53
HOSPITAL GERAL	0	4	5	9
CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	0	0	9	9
CENTRAL DE REGULACAO MEDICA DAS URGENCIAS	0	1	0	1
UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E TERAPIA (SADT ISOLADO)	0	0	22	22
CENTRAL DE GESTAO EM SAUDE	0	3	3	6
CONSULTORIO ISOLADO	0	0	2	2
UNIDADE DE ATENCAO EM REGIME RESIDENCIAL	0	3	0	3
CLINICA/CENTRO DE ESPECIALIDADE	0	0	31	31
CENTRAL DE REGULACAO DO ACESSO	0	1	2	3
POLICLINICA	0	0	3	3
PRONTO ATENDIMENTO	0	0	3	3
Total	0	13	136	149

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 12/07/2019.

5.2. Por natureza jurídica

Período 2018

Rede física de estabelecimentos de saúde por natureza jurídica				
Natureza Jurídica	Municipal	Estadual	Dupla	Total
ADMINISTRACAO PUBLICA				
CONSORCIO PUBLICO DE DIREITO PUBLICO (ASSOCIACAO PUBLICA)	1	0	0	1
MUNICIPIO	81	4	0	85
ORGAO PUBLICO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL OU DO DISTRITO FEDERAL	3	6	0	9
ENTIDADES EMPRESARIAIS				
EMPRESARIO (INDIVIDUAL)	1	0	0	1
SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA	3	0	0	3

Rede física de estabelecimentos de saúde por natureza jurídica				
Natureza Jurídica	Municipal	Estadual	Dupla	Total
EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESARIA)	1	0	0	1
SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA	37	0	0	37
SOCIEDADE SIMPLES PURA	1	0	0	1
ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS				
FUNDACAO PRIVADA	1	0	0	1
ASSOCIACAO PRIVADA	7	3	0	10
Total	136	13	0	149

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 12/07/2019.

5.3. Consórcios em saúde

O ente não está vinculado a consórcio público em saúde

- Análises e Considerações sobre Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

A rede física de estabelecimentos que prestam serviços pelo SUS apresenta 149 estabelecimentos, sendo que 91,3% são da esfera municipal e 8,7% da esfera estadual.

Do montante de 136 estabelecimentos da rede física municipal que prestam algum atendimento pelo SUS, 62,5% corresponde a gestão pública; 31,6% a entidades empresariais e 5,9% a entidades sem fins lucrativos. Em relação aos dois quadrimestres anteriores de 2018 se observa uma modificação nos números que pode ser atribuída a desativação da UBS São Roque e do Consultório Isolado do SISERP e ao acréscimo da Clínica de Radiologia Odontológica Precisão, como prestadora de serviço pelo SUS.

Observa-se ainda, a necessidade de revisão do Banco de Dados do CNES relacionado à rede física com gestão municipal quanto ao número e tipo de estabelecimentos, em especial, ao número de Central de Regulação de Acesso e farmácias e os casos de registros duplicados e subregistros.

6. Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

Período 12/2018

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	CBOs médicos	CBOs enfermeiro	CBOs (outros) nível superior	CBOs (outros) nível médio	CBOs ACS
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	745	197	402	1.170	243
	Autônomos (0209, 0210)	2	0	0	0	0
	Residentes e estagiários (05, 06)	1	0	33	6	0
	Bolsistas (07)	0	0	0	0	0
	Intermediados por outra entidade (08)	119	30	17	59	0
	Informais (09)	0	0	0	0	0
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Celetistas (0105)	5	122	79	611	0
	Autônomos (0209, 0210)	426	0	82	21	0
	Residentes e estagiários (05, 06)	1	0	33	6	0
	Bolsistas (07)	0	0	0	0	0
	Intermediados por outra entidade (08)	119	30	17	59	0
	Informais (09)	0	0	0	0	0
	Servidores públicos cedidos para a iniciativa privada (10)	0	0	0	0	0

Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	CBOs médicos	CBOs enfermeiro	CBOs (outros) nível superior	CBOs (outros) nível médio	CBOs ACS
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 0104)	37	9	44	57	0
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Contratos temporários e cargos em comissão (010302, 0104)	0	0	0	0	0

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 15/01/2020.

- Análises e Considerações sobre Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

O 3º quadrimestre de 2018 apresenta 4.633 registros de postos de trabalho na área da saúde que prestam algum tipo de atendimento pelo SUS, um aumento de 4% em relação ao 2º quadrimestre do mesmo ano. Os estabelecimentos privados que prestam serviço para o SUS tiveram o maior aumento para o período, no entanto, os estabelecimentos públicos continuam a concentrar o maior número de postos de trabalho na área da saúde (65,2%).

Dos 3.022 postos de trabalho ocupados em estabelecimentos com administração pública, 1167 são em serviços executados pela gestão pública municipal, 13 postos de trabalho ocupados a mais que no quadrimestre

anterior.

A apurar o número de postos de trabalhos ocupados em serviços com gestão pública municipal chegou-se a 652 ocupados por servidores públicos estatutários; 58 estão relacionados a UPA e a Policlínica do Rio Maina, através de vínculo autônomo ou celetista ou de pessoa jurídica; 144 registros com vínculo público com prazo determinado para atender a necessidade dos diversos serviços; 257 registros com vínculo empregatício público com prazo indeterminado (ACS e ACE); 16 postos de trabalho em cargo comissionados. Além disto, 40 registros de postos de trabalho ocupados por residentes subsidiados por entidades de ensino.

Criciúma é município polo da região e possui 1418 postos de trabalho ocupados por médicos que prestam algum tipo de trabalho para o SUS.

Ao se levantar o número de médicos especialistas e generalistas servidores públicos municipais (212) chega-se a média de 1.004 habitantes por médico e se apenas for considerado os médicos clínicos generalistas ou de estratégia saúde da família servidores públicos municipais (108) que são responsáveis pelo atendimento primário na rede pública municipal, chega-se ao número de 1.972 habitantes por médico. Observa-se assim, a melhora das atividades medicas assistenciais no município através deste indicador em relação aos quadrimestres anteriores de 2018.

7. Programação Anual de Saúde - PAS

7.1. Diretrizes, objetivos, metas e indicadores

DIRETRIZ Nº 1 - Informatização da rede assistencial e os serviços de apoio e logística.

OBJETIVO Nº 1.1 - Agilizar processos e evitar retrabalho, modernizando e interligando a rede assistencial.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Linha-Base	Meta 2018	Unidade de medida	Resultado	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de medida	% meta alcançada
1. Implementação e Efetivação do Sistema de Informação integrado	Proporção de base de dados integradas (Sistema próprio, SISREG, Hospitais, Vigilância, Urgência e Emergência, Saúde Mental, Laboratório Municipal, presídio e penitenciária)	Proporção	50	Proporção	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Proporção	
2. Estrutura física de informática adequada para a rede pública municipal de atenção a saúde	Proporção de postos de trabalho informatizados adequadamente	Proporção	80	Proporção	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	

DIRETRIZ Nº 2 - Aprimoramento da política de gestão de pessoas

OBJETIVO Nº 2.1 - Melhorar a relação e o respeito ao servidor.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Linha-Base	Meta 2018	Unidade de medida	Resultado	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de medida	% meta alcançada
1. Definição e manutenção atualizada do quadro ideal de profissionais por unidade de saúde e serviços para atender suas finalidades, de acordo com as portarias federais e estaduais.	Proporção de serviços com quadro de profissionais ideal	Percentual	70	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	
2. Implantação e Implementação da Política Municipal de Educação Permanente em Saúde (PMEPS) de acordo com a Política Nacional de Educação Permanente, PROEPSUS e Humanização em Saúde.	Política Municipal de Educação Permanente em Saúde (PMEPS) implantada de acordo com os Calendários de Capacitação Anuais da Secretaria de Saúde	Percentual	50	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	
3. Aperfeiçoamento da integração entre Ensino e Serviço de Saúde (Residência médica e multiprofissional, PET saúde, reorganização da graduação na rede)	COAPS implantado	Percentual	50	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	
4. Elaboração de proposta de educação permanente de acordo com PROEPSUS	Projeto implantado e em operação.	Percentual	100	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	
5. Realização de encontro de experiências municipais da saúde	Um encontro anual de experiência realizado.	Número	1	Número	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	4	Número	

DIRETRIZ Nº 3 - Aperfeiçoamento do monitoramento de resultados, ações e recursos em saúde.

OBJETIVO Nº 3.1 - Aperfeiçoar a Transparência e Eficiência na gestão

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Linha-Base	Meta 2018	Unidade de medida	Resultado	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de medida	% meta alcançada
1. Ampliação da transparência das informações no setor saúde (recursos, acesso e programas)	- um portal de transparência com listas de espera para exames, consultas e cirurgia. - dois informes epidemiológicos por ano. - um site da saúde reformulado	Percentual	50	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	
2. Redução do comprometimento financeiro com processos judiciais	Valor empregado em aquisição judicial de medicamentos no último ano/Orçamento destinado à aquisição de medicamentos x 100.	Percentual	10	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	8,00	Percentual	
3. Construção de painéis de monitoramento para subsidiar decisão da gestão.	Número de gerência que utiliza indicadores para o desenvolvimento das ações	Número	2	Número	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	5	Número	
4. Aperfeiçoamento da comunicação interna da secretaria municipal de saúde	Número de reuniões mensais de gestão no ano/4x100	Percentual	50	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	

DIRETRIZ Nº 4 - Fortalecimento do vínculo entre o cidadão e as instituições de saúde, com ênfase na corresponsabilidade.

OBJETIVO Nº 4.1 - Aperfeiçoar o controle social.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Linha-Base	Meta 2018	Unidade de medida	Resultado	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de medida	% meta alcançada
1. Fortalecimento do controle social	Número de conselhos de saúde (municipal + locais) capacitados para as políticas públicas/total de conselhos (municipal + locais existentes)x 100	Proporção	100	Proporção	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	
2. Fortalecimento do Setor de Ouvidoria na área da saúde.	Percentual de Ouvidorias respondidas de acordo com a legislação e Nº de Relatórios de Ouvidorias emitidos anualmente por gerência	Percentual	30	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	
3. Realização da Conferência Municipal de Saúde em 2019	Conferência Municipal realizada e válida para o quadriênio	Percentual	0	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	
4. Implementação e Monitoramento de Políticas Públicas Específicas [(população negra, quilombolas, deficiência, idoso, mulher, criança, homem, prisional);singularidades (LGBT) e população nômade]	Políticas para as populações específicas contempladas nos protocolos de atenção a saúde	Percentual	50	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	

DIRETRIZ Nº 5 - Atenção básica

OBJETIVO Nº 5.1 - Garantir uma atenção básica resolutiva, coordenadora e ordenadora dos serviços de saúde do município.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Linha-Base	Meta 2018	Unidade de medida	Resultado	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de medida	% meta alcançada
1. Implementação dos protocolos na Atenção Básica	Cinco protocolos implantados (saúde da criança, saúde da mulher, acesso e acolhimento, hipertenso/diabético, pré-natal)	Percentual	50	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	
2. Implementação de equipes de atenção a população privada de liberdade.	População privada de liberdade assistidas por equipes de saúde	Percentual	50	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	
3. Aumento da cobertura da ESF, NASF e Melhor em casa no município de Criciúma.	Criação de 9 novas equipes ESF; 2 novas equipes NASF; 2 novas equipes EMAP e EMAD	Número	5	Número	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	13	Número	
4. Criação da política municipal de atenção básica do município de Criciúma	Política Municipal de Atenção Básica criada	Percentual	50	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	
5. Revisão da territorialização do município de Criciúma	Percentual de áreas redefinidas	Percentual	50	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	
6. Reestruturação e ampliação do Centro de Especialidades em Odontologia-CEO	Reestruturação física da sede do CEO e ampliação do CEO tipo I para Tipo II	Percentual	50	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	
7. Realização de levantamento epidemiológico da saúde bucal de Criciúma	Percentual de pessoas de 12 a 15 anos avaliada quanto ao Índice de dentes cariados, perdidos e obturados (CPO-D)	Percentual	50	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	
8. Ampliação do número de equipes de saúde bucal (4 equipes)	Cobertura ampliada através de 4 novas Equipes de Saúde Bucal instituídas	Percentual	25	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	
9. Reestruturação física das UBSs	Unidades de Saúde reestruturadas (Wosocris, Prospera, São Sebastião, Sangão, Cristo Redentor, Vila Zuleima, Centro, Mãe Luzia, Primeira Linha e Nova Esperança).	Proporção	25	Proporção	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	
10. Frota para atendimento domiciliar e NASF.	Dois carros para atendimento domiciliar e um carro para cada NASF.	Percentual	50	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	
11. Compra de uniforme para profissionais de saúde	Profissionais uniformizados (jalecos para equipe de enfermagem, médica e higienizador e coletes para ACSs)	Percentual	0	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	

DIRETRIZ Nº 6 - Urgência e Emergência

OBJETIVO Nº 6.1 - Garantir o primeiro atendimento de urgência e emergência ao usuário com rapidez e eficiência.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Linha-Base	Meta 2018	Unidade de medida	Resultado	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de medida	% meta alcançada
1. Criação de protocolos de atendimentos para os Pronto Atendimentos (PA)	6 protocolos de atendimentos para PA criados	Percentual	30	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	
2. Elaboração e implantação do plano de manejo de desastres e catástrofes	Plano Aprovado	Percentual	30	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	
3. Mudança no local de trabalho do SAMU	Local de trabalho do SAMU modificado com ambiente de trabalho adequado	Percentual	30	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	
4. Organização da logística de transporte sanitário	Fluxograma efetivado para transporte sanitário	Percentual	30	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	
5. Renovação e ampliação da frota de veículos para transporte sanitário	20 automóveis utilitários e 5 ambulâncias teto longo adquiridos	Percentual	30	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	
6. Finalização das obras da UPA 24h Prospera	UPA 24hs Prospera finalizada	Percentual	100	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	
7. Buscar recursos federais para nova Unidade de Pronto Atendimento.	Uma (01) UPA localizada no Bairro Rio Maina	Percentual	0	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	

DIRETRIZ Nº 7 - Vigilância em Saúde

OBJETIVO Nº 7.1 - Garantir processos de vigilância rápidos, seguros e eficientes.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Linha-Base	Meta 2018	Unidade de medida	Resultado	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de medida	% meta alcançada
1. Realização de Campanhas Educativas e de Prevenção as Doenças Infectocontagiosas e Não Transmissíveis de acordo com o calendário nacional e de interesse do município.	Total 35 campanhas educativas e preventivas em 4 anos de combate a Sífilis, AIDS, Hepatites, Tuberculose, Violência, doenças imunopreveníveis, Dengue, Hanseníase, Tabagismo e de comemoração ao Dia da anitaria)	Número	7	Número	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	35	Número	
2. Ampliação do número de estabelecimento em atividade inspecionados e com alvará sanitário	Número de estabelecimentos inspecionados por ano e com alvará sanitário atualizado	Número	5000	Número	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	6.500	Número	
3. Melhorar a infraestrutura dos serviços da Vigilância em Saúde com a aquisição e manutenção predial e de equipamentos para fortalecimento das ações que visam a redução de riscos sanitários	Proporção de serviços da vigilância em saúde (13) com sede própria ou cedida com estrutura física e equipamentos adequados	Percentual	38	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	
4. Aquisição de veículos para ampliação e renovação da frota	Nº de veículos em uso + nº de novos adquiridos - número de veículos substituídos= nº total de veículos em uso pela Vigilância em Saúde	Número	15	Número	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	15	Número	
5. Implantação do Setor de Controle de Agravos e Doenças Não Transmissíveis (DANT)	Setor de Controle das doenças Não Transmissíveis implantado e trabalhando com foco em Saúde do Trabalhador, Tabagismo, Hipertensão, Diabetes, Câncer e sobrepeso e obesidade	Percentual	50	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	
6. Elaboração e Implantação do Protocolo da Linha de Cuidado para Pessoas com HIV/AIDS (PVHA) em Unidades Básicas de Saúde (UBS) com matriciamento	Percentual de Distritos Sanitários com uma (01) UBS com protocolo da Linha de Cuidado para PVHA implantado e matriciada	Percentual	20	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	
7. Implantação do Comitê de Investigação da Transmissão Vertical de HIV e Sífilis e Comitê de Investigação de Óbitos em pessoas HIV/Aids	Comitê de Investigação da Transmissão Vertical de HIV e Sífilis e de Investigação de Óbitos em pessoas HIV/Aids implantado e funcionando	Número	1	Número	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	1	Número	
8. Implantação de uma UDM na Rede de atenção a saúde para medicamentos Antiretrovirais (ARV)	Nº de UDM disponível para acesso aos medicamentos ARV	Número	1	Número	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	2	Número	

DIRETRIZ Nº 8 - Assistência Farmacêutica

OBJETIVO Nº 8.1 - Promover a qualificação das atividades de Assistência Farmacêutica gerenciais e assistenciais com foco no acesso a medicamentos essenciais e uso racional de medicamentos.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Linha-Base	Meta 2018	Unidade de medida	Resultado	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de medida	% meta alcançada
1. Climatização do almoxarifado central.	Armazenamento de medicamentos de acordo com as boas práticas de armazenamento.	Percentual	20	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	
2. Participação e promoção de atividades educativas sobre o uso racional de medicamentos	Número de ações para uso racional de medicamentos realizadas com a população	Percentual	80	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	
3. Adequação da REMUME ao perfil epidemiológico do município.	REMUME revisada e atualizada a cada dois anos por meio de Comissão de Farmácia e Terapêutica (CFT) formalmente constituída	Percentual	100	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	
4. Estabelecimento de parceria com Ministério Público e Poder Judiciário sobre Judicialização de medicamentos.	Número de reuniões realizadas com os representantes do Poder Judiciário por ano.	Número	3	Número	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	12	Número	
5. Ampliação da inserção do Profissional Farmacêutico na Atenção Básica através do Núcleo de Atenção a Saúde da Família (NASF)	Um (01) Farmacêutico com 40h integrando cada equipe do NASF	Percentual	100	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	
6. Implantação a farmácia clínica do SUS	Proporção de farmacêutico da rede pública realizando consulta farmacêutica	Percentual	50	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	
7. Educação permanente para unidades básicas na dispensação e solicitação e controle de estoque dos medicamentos	Percentual de Unidades de Saúde públicas capacitadas para dispensação, solicitação e controle de estoque dos medicamentos	Percentual	50	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	

DIRETRIZ Nº 9 - Saúde Mental

OBJETIVO Nº 9.1 - Oferecer serviços de saúde mental adequados para a população

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Linha-Base	Meta 2018	Unidade de medida	Resultado	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de medida	% meta alcançada
1. Implantação do Apoio Matricial pelos CAPS a rede de atenção em parceria com o NASF	Proporção de equipes da rede de atenção recebendo apoio matricial	Proporção	25	Proporção	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Proporção	
2. Aquisição de veículo próprio para a realização de visitas domiciliares e transporte de usuários do Centro de Apoio Psicossocial III (CAPSIII)	Nº de veículos compatíveis com o número de Centro de Apoio Psicossocial (CAPS) em atividade no município	Percentual	75	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	
3. Implantação da Unidade de Acolhimento Infante-Juvenil	Unidade de acolhimento infante-juvenil implantada	Percentual	0	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	
4. Transferência para o serviço de CAPS III para a urgência e emergência da Próspera	CAPS III funcionando em local próprio e adequado	Percentual	25	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	
5. Implantar dois leitos infante-juvenil em hospital materno infantil Santa Catarina	Dois leitos implantados	Percentual	100	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	
6. Efetivação dos serviços de residência terapêutica	Dois (02) serviços de residência terapêutica efetivado no município	Percentual	100	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	

DIRETRIZ Nº 10 - Controle, Avaliação, Regulação e Auditoria

OBJETIVO Nº 10.1 - Realizar o controle, avaliação, regulação e auditoria garantindo serviços adequados a gestão plena do sistema assistencial.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Linha-Base	Meta 2018	Unidade de medida	Resultado	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de medida	% meta alcançada
1. Formação de equipe para atender ao Sistema de Controle, Avaliação, Regulação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Criciúma, SC (SM/CAA)	Equipe adequada para atender aos dispositivos legais referente ao Controle, Avaliação, Regulação e Auditoria no âmbito municipal do SUS	Percentual	80	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	
2. Implantação e Implementação da central de regulação ambulatorial	Central de regulação implementada.	Percentual	100	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	
3. Garantia de acesso dos usuários aos procedimentos de média e alta complexidade através da regulação e acompanhamento dos recursos disponíveis.	Tempo de espera máximo para qualquer procedimento de 24 meses e Número de usuários atendidos pela Central de Regulação	Percentual	50	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	
4. Implantação de Protocolos de acesso a média e alta complexidade	Número de protocolos de acesso a média e alta complexidade implantados	Percentual	25	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	
5. Ampliação do espaço físico para atender ao Setor de Controle e Avaliação, Regulação e Auditoria	Setor de Controle e Avaliação, Regulação e Auditoria com estrutura física ampliada	Percentual	50	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	
6. Estabelecimento de parceria com Ministério Público e Poder Judiciário sobre Judicialização de exames e procedimentos.	Número de reuniões realizadas com os representantes do Poder Judiciário por ano	Número	3	Número	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	12	Número	
7. Interligação dos pontos de atenção de forma a articular a AB e especializada, garantindo a coordenação do cuidado pela AB.	Número de reuniões entre atenção básica e especializada	Número	3	Número	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	12	Número	
8. Monitoramento dos contratos de gestão e assistência das unidades hospitalares.	Dois (02) contratos monitorados quanto ao cumprimento das pactuações realizadas	Percentual	100	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	
9. Implementação do Sistema de Regulação para consultas, exames e procedimentos no município	SISREG 100 % implantado	Percentual	100	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	
10. Implantação do Manual de Tratamento Fora do Domicílio (TFD)	TFD implantado conforme previsto em manual	Percentual	100	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	
11. Execução das ações de referência regional conforme Programa de Pactuação Integrada (PPI)	Percentual de monitoramento do número de usuários atendidos segundo PPI	Percentual	50	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	

DIRETRIZ Nº 11 - Média e Alta complexidade

OBJETIVO Nº 11.1 - Propiciar que a média e alta complexidade atendam as necessidades de saúde dos usuários em rede com os demais serviços de saúde.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Linha-Base	Meta 2018	Unidade de medida	Resultado	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de medida	% meta alcançada
1. Instituição de Equipe Gerencial de média e alta complexidade que coordene e supervisione os contratos hospitalares)	Equipe Gerencial instituída para realizar a coordenação e supervisão dos contratos hospitalares	Percentual	100	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	
2. Finalização das obras do hospital Materno Infantil Santa Catarina com implantação da maternidade.	Hospital Materno Infantil Santa Catarina com as obras previstas concluídas e maternidade implantada	Percentual	70	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	
3. Reestruturação do Serviço - Criança Saudável para ampliação atendimento ao adolescente.	Crianças e Adolescentes sendo referenciados para único e específico serviço, com local adequado	Percentual	50	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	
4. Reestruturação do Serviço da Unidade Saúde da Mulher	Unidade Saúde da Mulher realizando Procedimentos e ações referentes a coposcopia, histeroscopia, colocação de DIU, ultrasson pélvico e transvaginal, consultas ginecológicas e de acompanhamento do climatério e menopausa	Percentual	50	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	
5. Reestruturação física do Laboratório Municipal	Laboratório Municipal reestruturado e que atenda em local adequado	Percentual	50	Percentual	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	100,00	Percentual	

Demonstrativo da vinculação das metas anualizadas com a Subfunção

Subfunções da Saúde	Descrição das Metas por Subfunção	Meta programada para o exercício
301 - Atenção Básica	Implementação e Efetivação do Sistema de Informação integrado	50,00
	Instituição de Equipe Gerencial de média e alta complexidade que coordene e supervisione os contratos hospitalares)	
	Formação de equipe para atender ao Sistema de Controle, Avaliação, Regulação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Criciúma, SC (SM/CAA)	
	Implantação do Apoio Matricial pelos CAPS a rede de atenção em parceria com o NASF	
	Climatização do almoxarifado central.	
	Criação de protocolos de atendimentos para os Pronto Atendimentos (PA)	
	Implementação dos protocolos na Atenção Básica	
	Fortalecimento do controle social	
	Ampliação da transparência das informações no setor saúde (recursos, acesso e programas)	
	Definição e manutenção atualizada do quadro ideal de profissionais por unidade de saúde e serviços para atender suas finalidades, de acordo com as portarias federais e estaduais.	
	Estrutura física de informática adequada para a rede pública municipal de atenção a saúde	
	Finalização das obras do hospital Materno Infantil Santa Catarina com implantação da maternidade.	
	Implantação e Implementação da central de regulação ambulatorial	
	Aquisição de veículo próprio para a realização de visitas domiciliares e transporte de usuários do Centro de Apoio Psicossocial III (CAPSIII)	
	Participação e promoção de atividades educativas sobre o uso racional de medicamentos	
	Elaboração e implantação do plano de manejo de desastres e catástrofes	
	Implementação de equipes de atenção a população privada de liberdade.	
	Fortalecimento do Setor de Ouvidoria na área da saúde.	

Redução do comprometimento financeiro com processos judiciais	
Implantação e Implementação da Política Municipal de Educação Permanente em Saúde (PMEPS) de acordo com a Política Nacional de Educação Permanente, PROEPSUS e Humanização em Saúde.	
Aperfeiçoamento da integração entre Ensino e Serviço de Saúde (Residência médica e multiprofissional, PET saúde, reorganização da graduação na rede)	
Reestruturação do Serviço - Criança Saudável para ampliação atendimento ao adolescente.	
Garantia de acesso dos usuários aos procedimentos de média e alta complexidade através da regulação e acompanhamento dos recursos disponíveis.	
Implantação da Unidade de Acolhimento Infanto-Juvenil	
Adequação da REMUME ao perfil epidemiológico do município.	
Mudança no local de trabalho do SAMU	
Aumento da cobertura da ESF, NASF e Melhor em casa no município de Criciúma.	
Realização da Conferência Municipal de Saúde em 2019	
Construção de painéis de monitoramento para subsidiar decisão da gestão.	
Elaboração de proposta de educação permanente de acordo com PROEPSUS	
Reestruturação do Serviço da Unidade Saúde da Mulher	
Implantação de Protocolos de acesso a média e alta complexidade	
Transferência para o serviço de CAPS III para a urgência e emergência da Próspera	
Estabelecimento de parceria com Ministério Público e Poder Judiciário sobre Judicialização de medicamentos.	
Organização da logística de transporte sanitário	
Criação da política municipal de atenção básica do município de Criciúma	
Implementação e Monitoramento de Políticas Públicas Específicas [(população negra, quilombolas, deficiência, idoso, mulher, criança, homem, prisional);singularidades (LGBTTT) e população nômade]	
Aperfeiçoamento da comunicação interna da secretaria municipal de saúde	
Realização de encontro de experiências municipais da saúde	
Reestruturação física do Laboratório Municipal	
Ampliação do espaço físico para atender ao Setor de Controle e Avaliação, Regulação e Auditoria	
Implantar dois leitos infanto-juvenil em hospital materno infantil Santa Catarina	
Ampliação da inserção do Profissional Farmacêutico na Atenção Básica através do Núcleo de Atenção a Saúde da Família (NASF)	
Renovação e ampliação da frota de veículos para transporte sanitário	
Revisão da territorialização do município de Criciúma	
Reestruturação e ampliação do Centro de Especialidades em Odontologia-CEO	
Estabelecimento de parceria com Ministério Público e Poder Judiciário sobre Judicialização de exames e procedimentos.	
Efetivação dos serviços de residência terapêutica	
Implantação a farmácia clínica do SUS	
Finalização das obras da UPA 24h Próspera	
Realização de levantamento epidemiológico da saúde bucal de Criciúma	
Interligação dos pontos de atenção de forma a articular a AB e especializada, garantindo a coordenação do cuidado pela AB.	
Educação permanente para unidades básicas na dispensação e solicitação e controle de estoque dos medicamentos	
Buscar recursos federais para nova Unidade de Pronto Atendimento.	
Ampliação do número de equipes de saúde bucal (4 equipes)	
Monitoramento dos contratos de gestão e assistência das unidades hospitalares.	
Reestruturação física das UBSS	

	Implementação do Sistema de Regulação para consultas, exames e procedimentos no município	
	Frota para atendimento domiciliar e NASF.	
	Implantação do Manual de Tratamento Fora do Domicílio (TFD)	
	Compra de uniforme para profissionais de saúde	
	Execução das ações de referência regional conforme Programa de Pactuaçãp Integrada (PPI)	
304 - Vigilância Sanitária	Implementação e Efetivação do Sistema de Informação integrado	50,00
	Ampliação da transparência das informações no setor saúde (recursos, acesso e programas)	
	Definição e manutenção atualizada do quadro ideal de profissionais por unidade de saúde e serviços para atender suas finalidades, de acordo com as portarias federais e estaduais.	
	Estrutura física de informática adequada para a rede pública municipal de atenção a saúde	
	Ampliação do número de estabelecimento em atividade inspecionados e com alvará sanitário	
	Elaboração e implantação do plano de manejo de desastres e catástrofes	
	Fortalecimento do Setor de Ouvidoria na área da saúde.	
	Implantação e Implementação da Política Municipal de Educação Permanente em Saúde (PMEPS) de acordo com a Política Nacional de Educação Permanente, PROEPSUS e Humanização em Saúde.	
	Aperfeiçoamento da integração entre Ensino e Serviço de Saúde (Residencia médica e multiprofissional, PET saúde, reorganização da graduação na rede)	
	Melhorar a infraestrutura dos serviços da Vigilância em Saúde com a aquisição e manutenção predial e de equipamentos para fortalecimento das ações que visam a redução de riscos sanitários	
	Realização da Conferência Municipal de Saúde em 2019	
	Construção de painéis de monitoramento para subsidiar decisão da gestão.	
	Elaboração de proposta de educação permanente de acordo com PROEPSUS	
	Aperfeiçoamento da comunicação interna da secretaria municipal de saúde	
	Implementação e Monitoramento de Políticas Públicas Específicas [(população negra, quilombolas, deficiência, idoso, mulher, criança, homem, prisional);singularidades (LGBTTT) e população nômade]	
Aquisição de veículos para ampliação e renovação da frota		
305 - Vigilância Epidemiológica	Implementação e Efetivação do Sistema de Informação integrado	50,00
	Implantação do Apoio Matricial pelos CAPS a rede de atenção em parceria com o NASF	
	Realização de Campanhas Educativas e de Prevenção as Doenças Infectocontagiosas e Não Transmissíveis de acordo com o calendário nacional e de interesse do município.	
	Fortalecimento do controle social	
	Ampliação da transparência das informações no setor saúde (recursos, acesso e programas)	
	Definição e manutenção atualizada do quadro ideal de profissionais por unidade de saúde e serviços para atender suas finalidades, de acordo com as portarias federais e estaduais.	
	Estrutura física de informática adequada para a rede pública municipal de atenção a saúde	
	Elaboração e implantação do plano de manejo de desastres e catástrofes	
	Fortalecimento do Setor de Ouvidoria na área da saúde.	
	Implantação e Implementação da Política Municipal de Educação Permanente em Saúde (PMEPS) de acordo com a Política Nacional de Educação Permanente, PROEPSUS e Humanização em Saúde.	
	Aperfeiçoamento da integração entre Ensino e Serviço de Saúde (Residencia médica e multiprofissional, PET saúde, reorganização da graduação na rede)	
	Melhorar a infraestrutura dos serviços da Vigilância em Saúde com a aquisição e manutenção predial e de equipamentos para fortalecimento das ações que visam a redução de riscos sanitários	
	Realização da Conferência Municipal de Saúde em 2019	
	Construção de painéis de monitoramento para subsidiar decisão da gestão.	

Elaboração de proposta de educação permanente de acordo com PROEPSUS	
Aquisição de veículos para ampliação e renovação da frota	
Aperfeiçoamento da comunicação interna da secretaria municipal de saúde	
Implementação e Monitoramento de Políticas Públicas Específicas [(população negra, quilombolas, deficiência, idoso, mulher, criança, homem, prisional);singularidades (LGBT) e população nômade]	
Implantação do Setor de Controle de Agravos e Doenças Não Transmissíveis (DANT)	
Elaboração e Implantação do Protocolo da Linha de Cuidado para Pessoas com HIV/AIDS (PVHA) em Unidades Básicas de Saúde (UBS) com matriciamento	
Implantação do Comitê de Investigação da Transmissão Vertical de HIV e Sífilis e Comitê da Investigação de Óbitos em pessoas HIV/Aids	
Implantação de uma UDM na Rede de atenção a saúde para medicamentos Antiretrovirais (ARV)	

Demonstrativo da Programação de Despesas com Saúde por Subfunção, Natureza e Fonte									
Subfunções da Saúde	Natureza da Despesa	Receita de impostos e de transferência de impostos (receita própria - R\$)	Transferências de fundos à Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Federal (R\$)	Transferências de fundos ao Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Estadual (R\$)	Transferências de convênios destinados à Saúde (R\$)	Operações de Crédito vinculadas à Saúde (R\$)	Royalties do petróleo destinados à Saúde (R\$)	Outros recursos destinados à Saúde (R\$)	Total(R\$)
0 - Informações Complementares	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
122 - Administração Geral	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
301 - Atenção Básica	Corrente	28.249.750,00	143.709.750,00	24.775.000,00	2.737.500,00	120.000,00	N/A	N/A	199.592.000,00
	Capital	2.810.000,00	3.847.000,00	1.925.000,00	2.576.000,00	N/A	N/A	N/A	11.158.000,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
304 - Vigilância Sanitária	Corrente	550.000,00	1.100.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	1.650.000,00
	Capital	N/A	100.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	100.000,00
305 - Vigilância Epidemiológica	Corrente	1.050.000,00	1.850.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	2.900.000,00
	Capital	N/A	100.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	100.000,00
306 - Alimentação e Nutrição	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online

Data da consulta: 15/01/2020.

- Análises e Considerações sobre Programação Anual de Saúde - PAS

A avaliação quadrimestral das metas não foi realizada tendo em vista que o Plano Municipal de Saúde e conseqüentemente, a Programação Anual de Saúde de 2018 entrou na pauta de discussão do Conselho Municipal de Saúde em outubro de 2018.

O Plano Municipal de Saúde proposto para o quadriênio de 2018-2021 contempla 70 metas distribuídas em 11 diretrizes e objetivos. O monitoramento das ações propostas se deu através de reuniões nos vários níveis de gestão, não passando por apuração quadrimestral de resultado.

Os resultados das metas propostas se encontram no Relatório Anual de Gestão.

Verifica-se que a anualização das metas propostas e o demonstrativo da programação de despesas de 2018 se concentraram em três subfunções, sendo elas: Atenção Básica, Vigilância Sanitária e Vigilância Epidemiológica, indicando a necessidade de revisão nas subfunções a serem anualizadas em 2019. Também deve se priorizar para o próximo exercício formalização do monitoramento das metas realizado através da apuração dos resultados de forma quadrimestral atendendo ao disposto no DigiSUS-modulo Planejamento.

8. Indicadores de Pactuação Interfederativa

N	Indicador	Tipo	Meta ano 2018	Resultado do quadrimestre	% alcançada da meta	Unidade de Medida
1	Mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das 4 principais DCNT (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas)	U	-	-	0	Número
2	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados.	E	99,80	-	0	Percentual
3	Proporção de registro de óbitos com causa básica definida	U	100,00	-	0	Percentual
4	Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade - Pentavalente 3ª dose, Pneumocócica 10-valente 2ª dose, Poliomielite 3ª dose e Tríplice viral 1ª dose - com cobertura vacinal preconizada	U	25,00	-	0	Percentual
5	Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação.	U	100,00	-	0	Percentual
6	Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes	U	100,00	-	0	Percentual
7	Número de Casos Autóctones de Malária	E	-	-	0	Número
8	Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade	U	0	-	0	Número
9	Número de casos novos de aids em menores de 5 anos.	U	0	-	0	Número
10	Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez	U	100,00	-	0	Percentual
11	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária	U	0,55	-	0	Razão
12	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária.	U	0,58	-	0	Razão
13	Proporção de parto normal no Sistema Único de Saúde e na Saúde Suplementar	U	35,00	-	0	Percentual
14	Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos	U	11,50	-	0	Percentual
15	Taxa de mortalidade infantil	U	-	-	0	Número
16	Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência	U	0	-	0	Número
17	Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	U	75,00	-	0	Percentual
18	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (PBF)	U	85,00	-	0	Percentual
19	Cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica	U	85,00	-	0	Percentual
20	Percentual de municípios que realizam no mínimo seis grupos de ações de Vigilância Sanitária consideradas necessárias a todos os municípios no ano	U	100,00	-	0	Percentual

21	Ações de matriciamento sistemático realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica	E	75,00	-	0	Percentual
22	Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue	U	0	-	0	Número
23	Proporção de preenchimento do campo ocupação nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.	U	100,00	-	0	Percentual

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online

Data da consulta: 15/01/2020.

- Análises e Considerações sobre Indicadores de Pactuação Interfederativa

Os indicadores para o processo de pactuação interfederativa, relativo ao ano de 2017a 2021 tem por objetivo orientar o município no processo nacional de pactuação de metas estabelecidos para quinquênio.

Os indicadores são fundamentais nos processos de monitoramento e avaliação uma vez que permitem mensurar o alcance das metas. Toda meta está diretamente relacionada a um indicador que expressa à maneira como a meta é avaliada.

Vale lembrar que os indicadores não devem ser apenas vistos como números, são atribuições de valor a objetivos, acontecimentos ou situações, que expressam o caminho percorrido até resultado final. Eles servem para embasar a análise crítica dos resultados obtidos e do processo de tomada de decisão e ainda, contribuem para a melhoria contínua dos processos organizacionais e para as análises comparativas de desempenho.

Aos indicadores são atribuídos método de cálculo que descreve como mensurar, de forma precisa e prática, seguindo um padrão universal. Os indicadores, relacionados a diretrizes nacionais, são compostos por indicadores universais, ou seja, de pactuação comum e obrigatória e indicadores específicos de pactuação obrigatória quando forem observadas as especificidades no território.

Os Indicadores Universais expressam o acesso e a qualidade da organização em redes, além de considerar os indicadores epidemiológicos de abrangência nacional e desempenho do sistema, sendo de pactuação comum e obrigatória nacionalmente. Os Indicadores Específicos expressam as características epidemiológicas locais e de organização do sistema e de desempenho do sistema, sendo de pactuação obrigatória quando forem observadas as especificidades no território.

As fichas de qualificação dos indicadores foram padronizadas e elaboradas para cada um dos indicadores pelo Ministério da Saúde e estão descritas no manual orientativo. Dos 23 indicadores relacionados pela diretriz nacional, o município não pactuou um específico relacionado à malária por características de seu território e o relacionado ao controle vetorial da Dengue, ser classificado como território *„não infestado“*; não pactuou a realização das visitas domiciliares, apesar de realizá-las conforme preconizado.

O monitoramento destes indicadores ocorre através do levantamento de dados das gerenciais responsáveis e a apuração e avaliação dos indicadores ocorrerá anualmente e seus resultados comporão o Relatório Anual de Gestão.

9. Execução Orçamentária e Financeira

9.1. Execução da programação por fonte, subfunção e natureza da despesa

Despesa Total em Saúde por Fonte e Subfunção									
Subfunções	Recursos Ordinários - Fonte Livre	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	Transferências de Convênios destinadas à Saúde	Operações de Crédito vinculadas à Saúde	Royalties do Petróleo destinados à Saúde	Outros Recursos Destinados à Saúde	TOTAL
Atenção Básica									
Corrente	0,00	76.857.502,71	66.397.106,74	12.907.341,48	1.228.144,39	0,00	0,00	0,00	157.390.095,32
Capital	0,00	1.105.604,90	2.023.762,03	209.160,33	12.845,21	0,00	0,00	0,00	3.351.372,47
Assistência Hospitalar e Ambulatorial									
Corrente	0,00	0,00	44.166.619,76	5.108.215,20	781.190,86	0,00	0,00	0,00	50.056.025,82
Capital	0,00	779.309,18	381.791,00	0,00	301.246,87	0,00	0,00	0,00	1.462.347,05
Suporte Profilático e Terapêutico									
Corrente	0,00	0,00	956.031,23	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.456.031,23
Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária									
Corrente	0,00	2.386.014,96	357.237,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.743.252,73
Capital	0,00	0,00	9.632,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.632,00
Vigilância Epidemiológica									
Corrente	0,00	1.605.894,09	933.981,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.539.875,19
Capital	0,00	0,00	670.478,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	670.478,18
Alimentação e Nutrição									
Corrente	0,00	0,00	29.665,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.665,11
Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções									
Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	82.734.325,84	115.926.304,92	19.724.717,01	2.323.427,33	0,00	0,00	0,00	220.708.775,10

(*) ASPS: Ações e Serviços Públicos em Saúde
 2) Dados extraídos do Módulo de controle externo, conforme Art. 39, inc. V, LC 141/2012.

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 24/07/2019.

9.2. Indicadores financeiros

Indicadores do Ente Federado		
Indicador		Transmissão
		Única
1.1	Participação da receita de impostos na receita total do Município	18,90 %
1.2	Participação das transferências intergovernamentais na receita total do Município	61,78 %
1.3	Participação % das Transferências para a Saúde (SUS) no total de recursos transferidos para o Município	31,69 %
1.4	Participação % das Transferências da União para a Saúde no total de recursos transferidos para a saúde no Município	82,06 %
1.5	Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no total de Transferências da União para o Município	59,59 %
1.6	Participação % da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais na Receita Total do Município	43,70 %
2.1	Despesa total com Saúde, em R\$/hab, sob a responsabilidade do Município, por habitante	R\$ 1.045,90
2.2	Participação da despesa com pessoal na despesa total com Saúde	34,25 %
2.3	Participação da despesa com medicamentos na despesa total com Saúde	2,05 %
2.4	Participação da desp. com serviços de terceiros - pessoa jurídica na despesa total com Saúde	50,96 %
2.5	Participação da despesa com investimentos na despesa total com Saúde	2,63 %
2.6	Despesas com Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	0,02 %
3.1	Participação das transferências para a Saúde em relação à despesa total do Município com saúde	70,82 %
3.2	Participação da receita própria aplicada em Saúde conforme a LC141/2012	24,67 %

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 24/07/2019.

9.3. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b / a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	120.895.000,00	120.895.000,00	144.964.738,78	119,91
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	30.000.000,00	30.000.000,00	25.322.008,36	84,41
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	14.000.000,00	14.000.000,00	15.034.472,53	107,39
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	39.000.000,00	39.000.000,00	56.403.851,06	144,63
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	12.880.000,00	12.880.000,00	20.908.914,33	162,34
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	12.075.000,00	12.075.000,00	1.129,64	0,01
Dívida Ativa dos Impostos	12.940.000,00	12.940.000,00	27.294.362,86	210,93
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	227.110.361,25	227.110.361,25	190.150.004,92	83,73

Cota-Parte FPM	97.953.361,25	97.953.361,25	59.652.471,45	60,90
Cota-Parte ITR	21.000,00	21.000,00	24.896,39	118,55
Cota-Parte IPVA	26.600.000,00	26.600.000,00	29.659.344,61	111,50
Cota-Parte ICMS	100.800.000,00	100.800.000,00	98.975.494,07	98,19
Cota-Parte IPI-Exportação	1.400.000,00	1.400.000,00	1.520.764,08	108,63
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	336.000,00	336.000,00	317.034,32	94,36
Desoneração ICMS (LC 87/96)	336.000,00	336.000,00	317.034,32	94,36
Outras				
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	348.005.361,25	348.005.361,25	335.114.743,70	96,30

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d / c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	180.556.750,00	180.556.750,00	155.675.538,75	86,22
Provenientes da União	152.106.750,00	152.106.750,00	128.460.712,26	84,45
Provenientes dos Estados	27.750.000,00	27.750.000,00	27.143.552,97	97,81
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	700.000,00	700.000,00	71.273,52	10,18
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS				
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	180.556.750,00	180.556.750,00	155.675.538,75	86,22

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			Liquidadas Até o Bimestre (f)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)	% (f+g)/e
DESPESAS CORRENTES	205.000.000,00	251.908.691,12	215.177.600,10	19.216,03	85,43
Pessoal e Encargos Sociais	68.460.000,00	82.994.769,38	75.677.347,76	0,00	91,18
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	136.540.000,00	168.913.921,74	139.500.252,34	19.216,03	82,60
DESPESAS DE CAPITAL	10.500.000,00	14.648.261,42	5.493.810,60	316.973,43	39,67
Investimentos	10.500.000,00	14.648.261,42	5.493.810,60	316.973,43	39,67

Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	215.500.000,00	266.556.952,54		221.007.600,16	82,91

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			Liquidadas Até o Bimestre (h)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (i)	% [(h+i) / IV(f+g)]
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	N/A	173.192.183,16	137.974.449,26	336.189,46	62,58
Recursos de Transferências Sistema Único de Saúde - SUS	N/A	168.157.507,66	135.651.021,93	336.189,46	61,53
Recursos de Operações de Crédito	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	N/A	5.034.675,50	2.323.427,33	0,00	1,05
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	N/A	N/A	N/A	0,00	
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)		N/A		138.310.638,72	62,58

TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = [(IV(f+g)-V(h+i))]			N/A		82.696.961,44
--	--	--	-----	--	---------------

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = [VI(h+i) / IIIb x 100] - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%⁴					24,68
--	--	--	--	--	-------

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(h+i)-(15*IIIb)/100]					32.429.749,89
---	--	--	--	--	---------------

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2018	0,00	N/A	N/A	N/A	0,00
Inscritos em 2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Inscritos em 2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24,§ 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2018	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DE VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 e 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2017	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2016	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		
			Liquidadas Até o Bimestre (l)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (m)	% [(l+m) / total(l+m)]x100
Atenção Básica	154.820.000,00	180.069.031,78	160.741.467,79	336.189,46	72,87
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	51.760.000,00	74.202.620,76	51.518.372,87	0,00	23,31
Suporte Profilático e Terapêutico	3.300.000,00	3.627.000,00	2.456.031,23	0,00	1,11
Vigilância Sanitária	2.590.000,00	3.150.000,00	2.752.884,73	0,00	1,25
Vigilância Epidemiológica	2.890.000,00	5.368.300,00	3.210.353,37	0,00	1,45

Alimentação e Nutrição	140.000,00	140.000,00	29.665,11	0,00	0,01
Outras Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	215.500.000,00	266.556.952,54		221.044.964,56	100,00

FONTE: SIOPS, Criciúma/SC, data e hora da homologação dos dados pelo gestor: 26/02/19 17:23:33

1 - Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 - O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 - O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 - Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 - Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 - No último bimestre, será utilizada a fórmula $[VI(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$.

- Análises e Considerações sobre Execução Orçamentária e Financeira

Por força constitucional, os municípios devem investir em saúde pelo menos 15% de suas receitas correntes líquidas a cada ano.

No encerramento do exercício o Município de Criciúma aplicou 24,67 % de sua receita própria aplicada em saúde, cumprindo dessa forma o mínimo constitucional. Em relação ao mesmo período do exercício anterior houve um decréscimo de 3,47 pontos percentuais haja vista que foram aplicados 28,14 % no terceiro quadrimestre de 2017 contra 34,99% em 2016. A despesa líquida teve um crescimento de 6,41% em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto a receita de impostos e transferências constitucionais e legais teve um crescimento de cerca de 14,64 % de 2018 para 2017. As Receitas adicionais para financiamento da saúde, também tiveram um aumento em relação ao mesmo período do exercício anterior de 19,31%.

10. Auditorias

Não há informações cadastradas para o período das Auditorias.

Fonte: Sistema Nacional de Auditoria do SUS (SISAUD-SUS)

Data da consulta: 15/01/2020.

Outras Auditorias

Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditoria	Unidade Auditada	Finalidade	Status
18177	Ministerio da Saúde	MS/SGEP/Departamento Nacional de Auditoria do SUS	Secretaria do Sistema de Saúde de Criciúma-FMS Criciúma	Verificar o Cumprimento das Diretrizes da PNAB	D
Recomendações	Atender a demanda interna do DENASUS e á programação da Seção de Auditoria do Estado de Santa Catarina/SEAUD/SC/NUCLEO/MS.				
Encaminhamentos	Realização de Relatório preliminar resultante da atividade para solicitação das justificativas por escrito, por parte da gestão da SMS, acerca das situações com características de não conformidade apontadas no citado relatório e posteriormente emissão de relatório final aos interessados.				

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online

Data da consulta: 15/01/2020.

- Análises e Considerações sobre Auditorias

A Secretaria Municipal de Saúde esta sendo auditada na área da atenção básica para verificação do cumprimento das diretrizes da Política Nacional da Atenção Básica-PNAB. O processo de auditoria neste quadrimestre finalizou a fase analítica e operativa e para os quadrimestres posteriores está previsto a emissão do relatório. Foram consideradas 5 diretrizes preconizadas pela PNAB, a saber: coordenação do cuidado, integralidade, acesso, longitudinalidade e estímulo a participação dos usuários.

11. Análises e Considerações Gerais

O Conselho Municipal de saúde em outubro de 2018 aprovou o Plano Municipal de Saúde 2018-2021(PMS) foi aprovado contendo dois eixos, o de gestão e o de assistência, que contemplaram 11 diretrizes com 70 metas.

A morosidade no processo de aprovação do PMS fez o processo de monitoramento das ações ocorrer através de reuniões nos vários níveis de gestão, visando a concretização da totalidade das metas estabelecidas ao findar do ano de 2018.

Constata-se que no ultimo quadrimestre de 2018 os procedimentos clínicos atingiu 52% da produção da atenção básica enquanto que as ações voltadas à promoção e prevenção à saúde responderam por 48% da produção. A Atenção Primária em Saúde tem papel central no modelo de atenção e nas práticas sanitárias, devendo ser lócus privilegiado para a implementação de ações de promoção da saúde e de articulação intersetorial, assim, torna-se importante a realização de constante análise do processo de trabalho em saúde no âmbito da APS para que a promoção da saúde e prevenção de doenças, em seus vários matizes e complexidade tenham a preponderância na operacionalização nos serviços empoderando os usuários do SUS, tanto no sentido de melhoria como de controle de sua saúde. Em contrapartida a produção ambulatorial especializada teve uma redução na produção para fins diagnósticos e a hospitalar, consideradas procedimentos de urgência e emergência teve também uma redução, mesmo que menor, podendo ser sugestivo da melhoria da assistência primaria em saúde.

Constata-se a necessidade da revisão do banco de dados do SCNES por ainda apresentar inconsistências quanto ao número e tipo de estabelecimentos e profissionais cadastrados.

Quanto a aplicação de recursos próprios do município na área da saúde, foi cumprido pra além do mínimo contitucional, apesar das dificuldades enfrentadas pelo contexto de crise econômica por qual passa o país, demonstrando o compromisso do município com o SUS.

Parecer do Conselho de Saúde

Dados Demográficos e de Morbimortalidade

- Considerações:

Sem Parecer

Dados da Produção de Serviços no SUS

- Considerações:

Sem Parecer

Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

- Considerações:

Sem Parecer

Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

- Considerações:

Sem Parecer

Programação Anual de Saúde - PAS

- Considerações:

Sem Parecer

Indicadores de Pactuação Interfederativa

- Considerações:

Sem Parecer

Execução Orçamentária e Financeira

- Considerações:

Sem Parecer

Auditorias

- Considerações:

Sem Parecer

Análises e Considerações Gerais

- Parecer do Conselho de Saúde:

Sem Parecer

Status do Parecer: Encaminhado ao Conselho de Saúde

CRICIÚMA/SC, 07 de Abril de 2020

Conselho Municipal de Saúde de Criciúma